

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NAS REDES SOCIAIS: UM ESTUDO COM JOVENS UNIVERSITÁRIOS

*POLITICAL PARTICIPATION IN SOCIAL NETWORKS:
A STUDY WITH UNIVERSITY YOUTH*

Diana Leonardo Dias¹, Sheila Maria Doula², Poliana Oliveira Cardoso³

RECEBIDO EM: 28/11/2016 / APROVADO EM: 03/02/2016

DOI: 10.5902/2317175824940

RESUMO

A expansão da internet como canal de comunicação mais rápido e menos oneroso tem influenciado diretamente as relações sociais e políticas, o que, por sua vez, propicia novas formas de organização e ativismo. Nessa perspectiva, este artigo objetiva compreender as representações juvenis a respeito da participação política mediada pelo uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Para isso, realizou-se um estudo baseado em revisão bibliográfica e coleta de dados por meio da aplicação de questionários. Os resultados indicam que a internet é entendida como um espaço público de contestações, debates, comunicação irrestrita, mobilizações e formação de opiniões, constituindo, ao mesmo tempo, contudo, um local de comodismo e falta de efetividade, o que demonstra que sua finalidade seria complementar as formas clássicas de participação, e não substituí-las.

Palavras-chave: Juventude; Participação Política; Internet; Representações Sociais.

1 Mestranda do programa de Extensão Rural, Departamento de economia Rural - UFV. Pesquisadora do Observatório da Juventude Rural - UFV.

2 Professora Associada do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Departamento de Economia Rural. Líder do Observatório da Juventude Rural - UFV.

3 Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Departamento de Economia Rural - UFV. Pesquisadora do Observatório da Juventude Rural - UFV.

ABSTRACT

The expansion of the Internet as a faster and less costly communication channel has directly influenced social and political relations, which, in turn, provides new forms of organization and activism. From this perspective, this article seeks to understand the youth representations regarding political participation mediated by the use of Information and Communication Technologies (ICT). For this, a study was carried out based on bibliographic review and data collection through the application of questionnaires. The results indicate that the internet is understood as a public space of challenges, debates, unrestricted communication, mobilizations and formation of opinions, constituting at the same time, however, a place of comfort and lack of effectiveness, which demonstrates that its purpose would be Complement classic forms of participation, and not replace them.

Keywords: Youth; Political participation; Internet; Social representations.

1 Introdução

A partir dos anos 1960, assiste-se, segundo Borba (2012), a uma ampliação expressiva do que poderíamos chamar de repertórios políticos: protestos, boicotes, ocupação dos espaços públicos e greves são, de algum modo, incorporados ao conceito de participação até então restrita às modalidades eleitorais. A importância do reconhecimento das diversas modalidades de protesto nos estudos sobre participação ocorria, principalmente, porque até a década de 60 as mobilizações em massa eram associadas à instabilidade dos países em subdesenvolvimento (BORBA, 2012).

Borba (2012) mostra que um dos primeiros esforços empíricos de classificar comparativamente as modalidades de participação política foi desenvolvido por pesquisadores norte-americanos na década de 1970 ao proporem que tal participação estava estruturada em quatro tipificações convencionais: voto, atividade de campanha, contato político e atividade cooperativa. Já em 1979, o projeto *Political Action*⁴ apresentou uma nova forma de classificação, incluindo as modalidades convencionais e não convencionais que, desde então, passaram a fazer parte dos estudos sobre o tema. Nas modalidades não convencionais, estariam os atos de protesto (fazer abaixo-assinado, manifestações legais e boicotes, recusar-se a pagar aluguel ou impostos, ocupar edifícios ou fábricas, realizar bloqueio do tráfego e ocupação das ruas, fazer greves etc.). Borba (2012), porém, recorre a autores como Van Deth, Dalton e Sickle e Weldon para indicar que, embora o *Political Action* tenha sido um grande avanço

⁴ O projeto *Political Action*, iniciado em 1971, reuniu cientistas sociais em torno de um estudo que envolveu a realidade de cinco países: Áustria, Inglaterra, Holanda, Estados Unidos e Alemanha Ocidental (BORBA, 2012, p. 270).

nos estudos da política, a distinção entre participação convencional e não convencional trazida pelo projeto já não faz mais sentido na realidade do século XXI, uma vez que a maioria dos atos não convencionais do contexto dos anos 70 se convencionalizou nas atuais democracias (BORBA, 2012).

Ao analisar os novos formatos da sociedade civil, Scherer-Warren (2006) conclui que esta é a representação de como se organizam os interesses e valores da cidadania em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas. Na sociedade brasileira, genericamente, conforme a autora, esses níveis podem ser classificados em: associativismo local, formas de articulação interorganizacionais e mobilizações na esfera pública.

A partir da terminologia de Castells, Scherer-Warren (2006) considera, ainda, que o associativismo localizado ou setorizado e os movimentos de bases locais, em uma sociedade de redes, necessitam cada vez mais se articularem a outros grupos a fim de alcançarem visibilidade e causarem impacto na esfera pública. Nesse processo, a presença das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) ganha legitimidade, funcionando como mediadora desses encontros, como verificado em 2013, quando diversos movimentos sociais, grupos de pressão e simpatizantes se utilizaram do espaço público virtual para estabelecer fóruns de debates e, sobretudo, para agendar os protestos e marcar encontros, alcançando ampla visibilidade por parte de outras mídias.

Levy (1999), ao tratar a emergência do ciberespaço, sinaliza que, a partir do final da década de 1980 e início da década de 1990, com a ampliação da internet pelo mundo, surgiu um novo movimento sociocultural, a cibercultura, formado por jovens americanos, que rapidamente se espalhou pelo mundo. As tecnologias digitais, conforme o autor, fizeram surgir novas formas de comunicação e sociabilidade, bem como novos mercados de informação e conhecimento (LEVY, 1999).

Assim como Levy (1999), Castells (1999) aponta que a arquitetura da rede moldou uma nova estrutura de comunicação, promovendo amplo acesso público e uma nova sociabilidade adaptada ao ambiente tecnológico que envolve interações políticas, econômicas, sociais e culturais. Castells (1999) observa, ainda, o surgimento de novas comunidades virtuais e sinaliza que estas não são opostas às comunidades físicas, mas são comunidades diferentes, pautadas por outras leis, com outros recursos e outras formas de intercâmbio. A rede facilita a criação de laços fracos, que são favoráveis à transmissão de informação e oportunidades de baixo custo, suscitando, assim, a interação social (CASTELLS, 1999).

Marques (2006) entende que a internet potencializa as discussões e a transmissão de informações, além de permitir a formação de laços entre desconhecidos de maneira autônoma. Com base nesses aspectos, para Marques (2006, p. 167), "a internet é apontada, por parte da literatura, como uma espécie de revigorante da esfera pública política argumentativa".

Ainda segundo Mailini e Antuon (2013), a internet determina um novo cenário de mídia, em que as notícias não são mais vinculadas apenas pela imprensa formal: agora, os assuntos que estão “em alta” são narrados pela mistura de veículos de comunicação formal, coletivos informais e indivíduos que modificam não somente o meio pelo qual a notícia se espalha, mas, sobretudo, a forma de contá-la. As narrativas da internet significam a recusa da hierarquização entre representantes e representados, bem como a recusa de deixar a cargo da mídia tradicional dizer o que pertence ou não aos acontecimentos da rua (MAILINI e ANTUON, 2013).

Não obstante, Marques (2006) sinaliza outra vertente que considera o ciberespaço e suas arenas discursivas como algo banal, desordenado, fadado à experimentação adolescente e pouco comprometido com a eficácia do debate. Em meio a essas duas concepções, Marques (2006) apresenta uma interpretação crescente nas pesquisas acadêmicas, em que a esfera pública virtual aparece como complemento à formação cívica, como espaço profícuo ao debate, mas sem a possibilidade de se incorporar às arenas deliberativas, delineando, assim, a concepção de esfera pública virtual como conversação civil⁵.

Vale lembrar, porém, que o debate sobre participação política via internet ainda é muito dependente da discussão mais ampla sobre participação política contemplada pela teoria política ou teoria democrática, herdando, desse modo, muitos vícios conceituais e muitas lacunas do debate tradicional (GOMES, 2011).

Entretanto, se por um lado os debates ainda são pouco conclusivos, por outro Sebastião e Elias (2012) assinalam a importância das ferramentas da internet para aprofundar a relação entre atores políticos e sociedade civil por meio da e-participação (participação política utilizando a internet) e apontam que a participação pela internet tem se mostrado uma forma potencial de escapar da política imposta de cima para baixo, com baixo nível de participação e envolvimento dos cidadãos. No entanto, segundo Sebastião e Elias (2012, p.63), é preciso considerar que “a falta de interesse dos seguidores e a crise de confiança nas instituições e nos atores políticos são limitações significativas ao envolvimento on-line”.

Ao tratar das formas como a juventude vê as novas tecnologias, Sousa (2011) afirma que estas, em especial a internet, são realidades irreversíveis na vida juvenil contemporânea e apresentam limitações e potencialidades, indicando, assim, aspectos contraditórios em relação aos pressupostos da participação política democrática. A internet, portanto, trouxe consigo diversas possibilidades de expressão e diversificados modos de interação, como e-mail, blogs, sites, *Messenger*, *Facebook* e *WhatsApp*. Nesse sentido, a internet, por ser um espaço de livre expressão, sem barreiras e censuras governamentais, de fácil acesso e grande circulação de informações, mesmo com limitações, abre possibilidades para o fortalecimento da democracia (SOUZA, 2011).

⁵ A expressão conversação civil foi criada por Umberto Eco no livro *Cinco Estritos Moraes* e tem sido utilizada por pesquisadores da Universidade Federal da Bahia (UFBA) para denominar espaços de debates não deliberativos (MARQUES, 2006).

Dessa forma, é importante considerar que os jovens da atualidade se expressam por novos meios e em novos espaços, o que não implica dizer que são menos interessados, mais alienados ou que apenas a geração de 1960 se comprometeu com as causas políticas e sociais (NOVAES E VITAL, 2005). No contexto contemporâneo, a internet oferece meios de comunicação multidimensional, além de figurar como um espaço profícuo para as novas formas de atuação e engajamento da juventude, revitalizando os espaços de participação encontrados pelas gerações anteriores. As tecnologias transformaram a comunicação e a socialização. Para Novaes e Vital (2005, p. 113), a propagação, em tempo real, de “certos símbolos e valores pelos mais diversos países permite que jovens, de diferentes condições sociais e de diferentes locais do mundo, de alguma forma partilhem um mesmo universo de referências”. Isso reforça, conforme sinaliza a literatura, a despeito de todas as contradições, o importante papel da internet como canal de comunicação e sociabilidade que tem exercido claras influências sobre as mobilizações juvenis, uma vez que a rede, segundo Nicolás *et al.* (2011), ao proporcionar canais de comunicação e interação mais práticos e econômicos, propicia modificações na forma como os indivíduos se relacionam em várias esferas da vida social. “A política, como parte integrante do conjunto das relações sociais, também não deixaria de sofrer sua influência” (NICOLÁS *et al.*, 2011, *s/p*).

Guisordi e Borin (2014) apontam que a mobilização política por meio do ciberespaço vem se consolidando na pauta de pesquisadas ciências sociais desde a visibilidade alcançada pela Primavera Árabe, que, em 2011, mobilizou milhões de pessoas ao redor do mundo. No Brasil, o debate ganhou força a partir das Jornadas de Junho de 2013, quando milhares de pessoas saíram às ruas em protestos organizados, principalmente, via mídias sociais. Nessa perspectiva, as autoras apontam que a participação política passa a ser individualizada, não significando, porém, isolamento ou desconexão. Ela representa, conforme indica Castells (1999), a criação de uma nova sociabilidade adaptada ao ambiente tecnológico, e, se por um lado esse processo, conforme sinalizado por Guisordi e Borin (2014, p. 239), “acarreta em um vazio político nas instituições, de outro, [suscita] um renascimento não institucional do político”.

Tendo em vista esses novos espaços proporcionados pela internet que favorecem a participação no contexto atual, neste estudo, objetiva-se analisar as representações de jovens universitários sobre o papel da internet e das mídias sociais no ativismo político. Para isso, a teoria das representações sociais é utilizada como norteadora, auxiliando a constituir os objetivos específicos deste artigo, na medida em que se busca compreender de que modo os jovens elaboram sua autopercepção como atores frente a essas novas formas de participação e ativismo político.

2 As representações sociais

O estudo das representações sociais tem origem em Durkheim com o conceito de representações coletivas. Para o sociólogo francês, classificar e representar são funções mentais que indicam a capacidade do homem de refletir sobre a realidade que o cerca; nesse sentido, as representações formam um conhecimento produzido e reproduzido socialmente e, ao mesmo tempo, servem de guia para as ações sociais (OLIVEIRA, 2012). As representações são, de acordo com os pressupostos de Durkheim, sistemas de compreensão social que exercem poder coercitivo sobre os indivíduos e simultaneamente fornecem um sentido de coesão e pertencimento coletivo.

Mais tarde, Moscovici reformula a teoria durkheimiana, e as representações coletivas cedem lugar às representações sociais devido à necessidade de considerar a diversidade de origem tanto dos indivíduos quanto dos grupos. Invertendo a visão clássica de Durkheim, nas representações sociais o que importa, segundo essa nova visão, são as interações, e não os substratos. Reconhece-se que as representações são construídas e adquiridas, tirando-lhes assim o caráter estático (MOSCOVICI, 2001).

Em suma, a necessidade de fazer da representação uma passarela entre os mundos individual e social, de associá-la, em seguida à perspectiva de uma sociedade em transformação estimula a modificação em questão. Trata-se de compreender não mais a tradição, mas a inovação; não mais uma vida social já feita, mas uma vida social em via de se fazer (MOSCOVICI, 2001, p. 62).

Sucedendo Moscovici, Jodelet (2001) sinaliza que as representações sociais são fenômenos cognitivos que envolvem a pertença social do indivíduo, ou seja, produto e processo de assimilação da realidade que são exteriores ao indivíduo e de construção psicológica e social da realidade (JODELET, 2001).

Observa-se nas representações sociais um sistema de interpretação que orienta nossa relação com o mundo e com os outros. Nessa relação, elas norteiam e organizam os padrões de comportamento e as comunicações sociais, assim como intervêm em processos como a transmissão e apropriação do conhecimento, a (re)construção de identidades individuais e coletivas, a expressão e conduta dos grupos e as transformações sociais (JODELET, 2001).

Pasavento (1995), por sua vez, lembra que a representação, que circula socialmente por meio de imagens e discursos sobre o real, não é, precisamente, o real ou seu espelho. Dessa forma, no âmbito das representações, as coisas ditas e expressas possuem significado para além daquele manifesto. É um processo que envolve uma intrínseca relação entre significante e significado em uma dimensão simbólica, chamando, assim, a atenção para a necessidade de analisar as representações sociais de acordo com os contextos em que elas são criadas e circulam.

Nesse sentido, as representações não são autoexplicativas, elas só adquirem sentido se entendidas de acordo com as sociedades que as criam, solidificam, transformam e difundem, uma vez que, ao considerar a dimensão subjetiva do indivíduo, elas interferem nas condutas e práticas sociais. No que diz respeito às representações sobre juventude, observa-se na literatura que, ao mesmo tempo que os jovens são associados à transformação, ao futuro e à vitalidade e são, conforme sinalizado por Mannheim (1982), responsáveis pelo ritmo das mudanças sociais, após as gerações de 1960 e 1970, que se tornaram míticas, sobretudo devido à eclosão dos movimentos estudantis, as gerações que seguiram foram associadas, também, ao individualismo e à falta de interesse e combatividade diante dos cenários da política.

Desse modo, a contribuição da teoria das representações para este artigo ocorre, principalmente, pela possibilidade de discutir a realidade da juventude como grupo concreto construído historicamente e por ele mesmo, sendo, assim, produto e processo das construções sociais que permeiam o universo juvenil como “um lugar social”, paradoxalmente associado tanto à apatia quanto à mudança.

3 Percorso metodológico

Este estudo, conforme indicado por Selltiz *et al.* (1965 *apud* OLIVEIRA, 2011, p. 20), possui caráter exploratório, uma vez que busca “adquirir maior familiaridade com o fenômeno pesquisado”. Para a sua construção, optou-se por uma metodologia qualitativa, que, segundo Alves e Aquino (2012), integra uma variedade de métodos, abordagens e materiais, que são influenciados por posturas éticas e políticas diferentes. Os autores salientam que, no campo dos estudos sociais, a pesquisa qualitativa pode ser explicada a partir da compreensão e da interpretação de um conjunto delimitado de acontecimentos que são resultantes de interações, tanto consensuais quanto conflituosas. Para Neves (1996), a pesquisa qualitativa abarca um conjunto de técnicas que possibilitam descrever e decodificar os elementos que compõem um complexo sistema de significados.

Nesta análise, mesclaram-se os métodos de revisão bibliográfica e de coleta de dados por meio da aplicação de questionários. A pesquisa bibliográfica, na perspectiva de Oliveira (2007), é uma modalidade na qual se estudam e analisam documentos de natureza científica ao remeter a contribuições de diferentes pesquisadores que também desenvolvem trabalhos sobre o tema. O questionário, por sua vez, conforme sinaliza Gil (2008), consiste em uma técnica de coleta de dados em que um conjunto de questões é destinado aos participantes da pesquisa visando obter informações sobre crenças, conhecimentos, valores, comportamentos etc. Dentre as vantagens de se utilizar tal técnica, estão: não exposição dos participantes da pesquisa às opiniões e influências do entrevistador, possibilidade de atingir um número maior de participantes, menores gastos com pessoal, garantia de anonimato nas respostas e adequação à disponibilidade do entrevistado (GIL, 2008).

Para a presente pesquisa, o questionário foi dividido em duas seções: a primeira tinha o objetivo de fornecer uma caracterização do jovem – curso, centro de ciência, sexo e idade –, e a segunda concentrou-se em indagações a respeito da participação política e do uso da internet como uma nova forma de operacionalização do envolvimento e do ativismo político. Esta segunda seção contou com 12 questões abertas com a finalidade de apreender as respostas com maior profundidade e proporcionar liberdade de escrita ao participante. A pesquisa buscou, também, compreender as representações predominantes entre os jovens acerca da internet como um veículo mobilizador e/ou facilitador de participação política e, sobretudo, as representações dos jovens a respeito das formas de ativismo contemporâneo. A teoria das representações sociais foi utilizada como suporte de análise.

A coleta de dados foi realizada no *hall* da Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa (UFV), no *campus* Viçosa. O questionário possibilitou que a pesquisa abarcasse um maior número de participantes, visando, principalmente, à adequação à disponibilidade dos jovens que ali estudam ou passam durante o intervalo das aulas. A pesquisa não teve caráter amostral rigoroso, sendo composta de 51 jovens escolhidos aleatoriamente. Acredita-se que o ambiente universitário é um local empírico rico, uma vez que abarca a heterogeneidade e diversidade dos jovens brasileiros, agregando estudantes de diferentes estados do país. Os estudos de Stropasolas (2014) têm mostrado que cada vez mais vem sendo expressa, nos eventos, nas agendas públicas ou na literatura acadêmica, a valorização das diferentes identidades sociais e culturais do jovem, incluindo o jovem rural, motivo pelo qual se espera que o universo acadêmico da UFV, localizada em uma cidade do interior mineiro, abarque jovens do meio urbano e do meio rural, vindos de diferentes condições e oportunidades sociais, econômicas e políticas.

4 Resultados e discussão

Nesta seção, discutem-se as representações juvenis acerca da internet e das mídias sociais no ativismo político entre os jovens da UFV, a fim de mapear a visão predominante em torno das novas formas de ativismo político. Parte-se, para isso, da concepção de que tais representações são resultado do pensamento coletivo que norteiam condutas e relações com o mundo, como pontua Jodelet (2001).

É importante referenciar, ainda, que o contexto em que essas representações estão inseridas dizem respeito ao coletivo específico de estudantes universitários do *campus* Viçosa, que sofrem influência, sobretudo, do meio educacional que compartilham. Assim, trata-se aqui de uma juventude que faz parte de um contexto “privilegiado” por estar em uma universidade pública onde debates políticos e sociais estão sempre presentes, seja no ambiente de sala de aula, seja nos espaços de convivência. Além disso, todos esses jovens têm acesso à internet, uma vez que seu acesso é liberado

dentro da universidade. Desse modo, o jovem participante desta pesquisa recebe inúmeros estímulos para participar/debater/questionar e, inclusive, abster-se dos debates. Nesse cenário, representações são criadas, cristalizadas e transformadas. Desse modo, interessa aqui a identificação que se faz presente no imaginário desse grupo de estudantes, motivando como norte de análise a orientação de não emitir juízos de valor às representações ou julgá-las quanto à sua veracidade, já que, de acordo com Pesavento (1998, p. 54-55), “a representação construída mede sua força, pelo seu grau de aceitação, socialização e capacidade mobilizadora”.

A princípio, o público-alvo da pesquisa seria composto de jovens entre 18 e 29 anos estudantes da UFV; no entanto, como a escolha dos entrevistados ocorreu de modo aleatório, no *hall* da Biblioteca Central e nesse local é possível encontrar estudantes de graduação e pós-graduação da Universidade, além de estudantes das escolas de ensino fundamental de Viçosa, obtiveram-se duas entrevistas com jovens acima dessa faixa etária e a colaboração de uma estudante que não pertencia à UFV.

Sendo assim, referente ao perfil dos entrevistados, aceitaram fazer parte da pesquisa 51 estudantes: 28 do sexo feminino e 23 de sexo masculino. Quanto à vinculação aos centros de ciências, houve a predominância de 25 alunos vinculados ao Centro de Ciências Exatas (CCE); ao Centro de Ciências Humanas (CCH) estavam vinculados 12 estudantes; ao Centro de Ciências Agrárias (CCA) pertenciam 11 estudantes; ao Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCB) estavam vinculados dois alunos; e havia ainda uma estudante que, como já dito, não estava vinculada à UFV.

Quando questionados a respeito do conhecimento que possuíam sobre ativismo político, 28 estudantes afirmaram saber do que se tratava, 14 alunos disseram não saber o que é ativismo, sete estudantes apresentaram dúvidas quanto ao conceito, e dois alunos não responderam a questão. Quanto à divisão por gênero acerca dessa mesma perspectiva, os resultados são proporcionais, já que 14 estudantes do sexo feminino afirmaram saber o que é ativismo, oito responderam a questão negativamente, cinco “disseram saber por alto”, e uma não respondeu. Para o sexo masculino, de forma similar, 14 estudantes afirmaram saber o que é ativismo, seis informaram não saber, dois responderam saber “em partes”, e um também não respondeu a questão.

Ao analisar quais são os principais temas ligados ao ativismo, para os 28 estudantes que afirmaram compreender do que se trata, foram mais recorrentes: a vinculação à militância partidária, a defesa de bandeiras e a participação em ações de cunho político-social. É interessante observar que, do total de entrevistados (51), apenas oito estudantes disseram praticar ativismo político pela internet (três alunos do CCE, três do CCA e dois do CCH); no entanto, 24 tiveram algum tipo de participação política nas semanas que antecederam a pesquisa, como ressaltado nos fragmentos das entrevistas transcritos a seguir:

Assinei abaixo-assinado online contra a legalização do aborto (Entrevistado 29, feminino, 19 anos, CCE).

[Expressou-se] contra o corte do governo na educação (Entrevistado 06, masculino, 23 anos, CCA).

Em geral não sou muito participativo. Eu comentei nas redes sociais apoiando um grupo de pessoas que colocavam vasilhas de água fresca para os cães de rua e talvez algum outro comentário (Entrevistado 27, masculino, 24 anos, CCE).

Pelas redes sociais me expressei em defesa do feminismo. Pelas formas clássicas me coloco a serviço do movimento agroecológico (Entrevistado 39, feminino, 20 anos, CCE).

Também foi questionado aos jovens que tipo de pessoas, na opinião deles, são mais ativas na internet e em que demandas/reivindicações atuam. Para 32 entrevistados, são mais ativos: aqueles que defendem causas político-sociais (19), os que são partidários políticos (13) e os jovens (dez). As causas mais citadas foram pautas de partidos políticos, feminismo, direitos LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), defesa dos animais, direitos humanos, causas ambientalistas e igualdade de gênero.

Essa percepção corrobora os estudos de Scherer-Warren (2006), que sinalizam a articulação em torno de novas identidades políticas e de valores, característica das sociedades globalizadas, complexas e multiculturais, onde as identidades tendem a ser cada vez mais plurais e as lutas pela cidadania envolvem discussões de gênero, de classe, de busca pela igualdade, pela liberdade, pela paz, pelo ecologicamente correto e pelo respeito à diversidade e às diferenças culturais. As articulações em rede possibilitam, assim, o debate acerca de temas transnacionais relacionados, principalmente, à demanda de novos direitos (SCHERER-WARREN, 2006).

Sobre o papel da internet para o ativismo político, é preponderante a representação de que ela funciona como um espaço de discussão e divulgação de informações e de que possui, ainda, uma enorme capacidade de alcançar e mobilizar pessoas com rapidez, como demonstram os fragmentos a seguir:

Através da internet é possível atingir um público maior em menos tempo, além disso, a troca de idéias e experiências fica mais rápida (Entrevistado 18, feminino, 18 anos, CCE).

[A internet] É responsável por difundir idéias com mais rapidez, bem como atrair um número maior de adeptos (Entrevistado 03, feminino, 22 anos, CCH).

A internet aparece também com expressão quando os jovens são questionados a respeito das formas de participação política: 47 estudantes

disseram que, atualmente, a internet tem sido o canal de participação mais utilizado:

Por comodidade e por se acharem mais livres para dizer o que quiserem, a internet tem sido mais utilizada pelos jovens para se manifestarem politicamente (Entrevistado 21, masculino, 18 anos, CCE).

Claramente nas redes sociais, não é mais como antigamente (Entrevistado 13, masculino, 17 anos, CCE).

Outra representação importante encontrada nos questionários é a da internet como principal forma de informação, interação e divulgação da política, trazendo assim novos modos de agir perante a política, como pode ser visto no questionário 05:

A internet possibilita às pessoas estarem mais antenadas acerca das formas de ativismo que praticam ou não [...] possibilita que um público maior e mais diverso esteja a par das questões políticas em geral, interagindo entre si, opinando, divulgando informações. A prática mais efetiva [clássica] é deixada de lado (Entrevistado 05, feminino, 22 anos, CCH).

Esse trecho sinaliza aquilo que Guisordi e Borin (2014), com base em Beck, perceberam em seus estudos, isto é, os aspectos subjetivos do indivíduo passam a fazer sentido também na política. O cenário do planejamento social deixa de ser exclusivo dos agentes tradicionais da política; tem-se agora o indivíduo – que ocupa espaços não tradicionais da discussão política (GUISORDI E BORIN, 2014). Desse modo, deve-se reconhecer o valor dos espaços discursivos proporcionados pela internet, tendo em vista que o ciberespaço abriga, além de diversas arenas de discussão, a formação espontânea de opiniões (MARQUES, 2006).

No entanto, a internet como veículo de mobilização política, para a maioria dos entrevistados (22), caminha em direções antagônicas, pois, ao mesmo tempo que ela alcança, mobiliza, divulga e informa, por seu intermédio é mais fácil manipular e distorcer as informações. Ou seja, a representação predominante é de que a internet é um espaço público, no sentido habermasiano (como as ruas ou as praças), configurando-se como local da argumentação, da comunicação irrestrita, de elucidação e de identificação dos problemas sociais (HABERMAS, 1997). Porém, ao mesmo tempo que a internet se configura como espaço público devido ao seu caráter argumentativo, questiona-se se todos têm assegurados os mesmos direitos de participar sem serem manipulados ou coagidos e, principalmente, de serem ouvidos na esfera pública.

Diante desse cenário, destaca-se a representação dos jovens de que o ciberespaço é o local profícuo ao debate, embora seja descolado de ações coletivas e sem efetividade prática, o que indica ainda que as demandas que surgem, no mundo da vida, não têm alcançado a esfera pública política, não

constituindo, propriamente, uma arena deliberativa. Ademais, é bem próximo o número de entrevistados (21) para os quais a internet apenas auxilia no ativismo político, como mostra o trecho que segue:

Acredito que ajude, as pessoas se informam dos acontecimentos, criam suas opiniões, julgam, mesmo que não se movimentem, elas possuem uma posição. Sem a internet talvez não teriam nem mesmo uma posição (Entrevistado 45, feminino, 23 anos, CCE).

Não obstante, apesar de a internet ter sido apontada como a principal esfera de participação política no presente estudo e ainda que ela seja considerada uma forma de mobilização e difusão de conteúdos mais rápida e que permite maior liberdade de expressão, como já descrito, 28 estudantes consideram-na menos eficaz que os modelos clássicos da esfera política destinados à participação. Os fragmentos transcritos a seguir mostram esse ponto de vista:

Acredito que a participação através da internet é mais fluida e exige menos dos seus atores – gera um certo comodismo⁶. Atualmente todas as formas se utilizam da internet, mas o encontro e o debate num espaço de formação é mais crítico e enriquecedor (Entrevistado 10, feminino, 26 anos, CCH).

Creio que, na internet, a participação é vaga e retórica. As formas clássicas tendem a ser mais sólidas (Entrevistado 28, feminino, 19 anos, CCH).

A internet é mais cômoda para muitos, já que eles podem se expressar mais abertamente sem serem ameaçados como muitas vezes ocorrem nos movimentos físicos. Em grande parte dos debates políticos via internet, os que já vi, na maioria, pessoas ficam discutindo por discutir, o debate não gera resultado para a sociedade, não é produtivo. Vejo os movimentos presenciais, físicos como mais eficientes, aqueles que estão ali se mostram mais engajados e dispostos a causar mudanças na sociedade (Entrevistado 32, feminino, 20 anos, CCE).

Essa perspectiva vai ao encontro da ótica de Castells (1999), de que a internet possibilita a ligação entre diversas pessoas, em diversos lugares, expandindo as redes de comunicação e sociabilidade para além dos limites do autorreconhecimento. Todavia, ao mesmo tempo que se expandem os vínculos sociais e o engajamento em causas políticas e/ou sociais, é acionado, na mesma velocidade, o clique da desconexão e do esquecimento.

⁶ Neste artigo, utiliza-se o termo comodismo como sinônimo de apatia, passividade e falta de engajamento político, tal como é empregado na bibliografia consultada e, também, recorrente na bibliografia sobre o assunto. Além disso, o termo foi utilizado pelos próprios participantes da pesquisa como sinônimo de falta de compromisso.

A interpretação das falas corrobora ainda os estudos de Gajanigo e Souza (2014), que sinalizam a natureza frágil das relações criadas no ciberespaço, pois estas estariam fadadas à fragmentação e ao espontaneísmo, impedindo, por sua vez, a efetividade da ação. Critica-se a falta de interação face a face, que, como visto na fala de uma das entrevistadas, seria mais rica e produtiva que as discussões pela rede no que tange à coisa pública (MARQUES, 2006).

Com base nos questionários, pode-se apreender que algumas representações estabelecem diálogo com o senso comum na sociedade mais ampla, identificando a internet como promotora de novos espaços de discussão e informação, de modo a contribuir ao debate político, mas também apontando as limitações dessa participação pela rede. É importante notar que as representações sociais como construtos coletivos intervêm no imaginário dos sujeitos e transformam-se em expressões grupais, pois, apesar de apenas oito entrevistados (16%) utilizarem a internet para participação política e somente dois (4%) pontuarem que o ativismo político está entre as maiores utilidades dessa ferramenta, 47 (92%) acreditam que os jovens são mais ativos na internet que nas esferas formais da política.

Sebastião e Elias (2012), ao se debruçarem sobre as redes sociais e a mobilização de causas, apontam que, no início dos estudos sobre a internet, as perspectivas para a prática democrática eram otimistas. O ciberespaço era visto como uma nova forma de participação e pressão política e ainda sinalizava a expansão da democracia. Seu caráter anônimo e interativo transformaria a internet em uma arena de exposição de opiniões, acordos e envolvimento político. Contudo, com sua expansão, com a rápida disseminação de informações e, sobretudo, com o anonimato proporcionado pela rede, o mundo virtual tornou-se muito próximo do mundo real, sendo usado, inclusive, para reprodução de hierarquias e de relações capitalistas de comércio, exibicionismo instantâneo, circulação de preconceitos e crimes, manipulação, cerceamento da liberdade e perseguição.

Nesse sentido, as falas dos jovens apontando o ciberespaço como uma forma de participação vaga, sem compromisso, cômoda e sem efetividade prática podem estar respaldadas tanto pela crise de confiança nas instituições e nos atores políticos, como sinalizam Sebastião e Elias (2012), bem como pelo “desencantamento” em relação às promessas de democratização da internet.

Mas, se por um lado, a crise de confiança afeta a participação *on-line*, por outro não se pode deixar de reconhecer a grande influência da internet na política, mencionada por 43 (84%) integrantes da pesquisa. Desse modo, o ciberespaço aparece como um local de contestação e confronto (GUISORDI E BORIN, 2014), uma vez que facilita a defesa de bandeiras, possibilita a interação rápida, promove discussões e debates, favorece a liberdade de expressão, divulga informações e alcança milhares de pessoas, rompendo as barreiras físicas. A internet criou um novo ator social, ainda que interligado por laços fracos.

Segundo Mailini e Antuon (2013), as redes sociais atuam em uma esfera pública midiática singular, cuja ordem tradicional é invertida: não é o veículo de comunicação que cria o público, mas é o próprio público que faz o veículo comunicacional. Tem-se agora um autor coletivo, interconectado a outros diversos atores/autores cujas narrativas se sobrepõem, exprimindo sua perspectiva de constituição do mundo.

Castells (1999), apoiado em estudos da psicanálise, observou também que os usuários da internet interpretavam papéis e criavam identidades, o que lhes conferia o sentimento de comunidade mesmo que efêmera. Essa colocação remete aos pressupostos de Goffman (2007) e à compreensão de que a internet como espaço público também é um local de representação, de grupos de compartilhamento e de manutenção de fachadas, o que pode ser um dos possíveis motivos para a rápida desconexão das causas políticas ou para a existência de manifestações muito pontuais.

Por outro lado, Guisordi e Borin (2014) sinalizam uma realocação da política para espaços já utilizados no passado, como as ruas e praças, e novos espaços *on-line*, o que também aparece nos trechos dos questionários a seguir:

As redes sociais encurtam distâncias permitindo maior união entre defensores de causas semelhantes, além disso, tem se tornado uma rica fonte de informação a qual influencia o saber e muitas contagiam as pessoas a quererem participar mais (Entrevistado 19, feminino, 31 anos, CCH).

As redes sociais funcionam como um termômetro: as pessoas que gerenciam esse meio [político] ficam a par da situação do lado de fora (Entrevistado 12, masculino, 19 anos, CCA).

[As redes sociais, na participação política, tem o papel] de montar grupos de discussão e debates (Entrevistado 50, masculino, 23 anos CCE).

Nesse contexto, Guisordi e Borin (2014, p. 240) consideram que talvez não seja exagerado afirmar que os grupos formados por cidadãos alcançaram o poder político, uma vez que os temas colocados em pauta e que agora estão na “boca de todo mundo” não surgiram nos parlamentos – “Antes, surgiram da autoconfrontação do indivíduo e da realidade em que ele está inserido”. Nessa conjuntura, Mailini e Antuon (2013) assinalam a importância dos “blogueiros de rua” e suas transmissões ao vivo dos acontecimentos sociais que conectam a rua à internet e possibilitam que ações locais alcancem visibilidade mundial, fazendo com que a esfera pública da rua e a esfera pública da internet se entrecruzem. Isso reafirma a concepção da internet como espaço público, de acordo com a perspectiva apresentada por Habermas (1997), como local do discurso e da ação comunicativa em que circulam os problemas sociais e as demandas do mundo da vida.

Ao encontro dessa perspectiva, Gomes (2011) afirma que toda tentativa de emancipação do espaço da cidadania representa um passo à ciberdemocracia, tendo em vista o propósito democraticamente defendido pela ideia de participação política, a soberania popular. Mailini e Antuon (2013) reiteram também que, nas últimas duas décadas, a internet tem aberto novos canais de comunicação e proporcionado novas práticas de liberdade no terreno da informação, trazendo novos atores ao processo, uma vez que hoje a narrativa pertence a todos, ainda que sejam inúmeros os desafios de universalização da rede.

Também é preciso considerar que, apesar das representações já apresentadas sobre a importância da internet no ativismo político, 33 (65%) dos jovens entrevistados não o praticam. A hipótese para tais respostas é a de que estes jovens afirmaram um significado ao político ainda muito vinculado às esferas tradicionais da participação política. No entanto, as formas clássicas referenciadas pelos jovens não correspondem especificamente ao modelo clássico das instituições políticas (com partidos e sindicatos, por exemplo), mas aos espaços não convencionais inaugurados pelas gerações anteriores com a tomada das ruas, a ocupação de espaços públicos, entre outros atos, revitalizados atualmente por meio da mobilização via internet.

Tem se repetido na bibliografia sobre juventude que o jovem é apático e desinteressado em relação à política; a tendência, como revelam Novaes e Vital (2005), é caracterizar a juventude por meio de veredictos conclusivos, tais como: consumista, alienada, conservadora e individualista. Porém, as autoras convidam a pensar que, em cada tempo e lugar, há várias juventudes e que entre elas existem adesões e resistências. As autoras consideram ainda que os jovens de hoje são vistos como mais desinteressados e alienados das questões políticas em comparação aos jovens que ganharam notoriedade nos movimentos de 1960 e 1970. Porém, estes não representavam, estatisticamente, a maioria dos jovens daquela época – que, como apontam os estudos de Foracchi (1972), eram em sua maioria estudantes. Desse modo, para Novaes e Vital (2005, p. 117), “compara-se uma minoria do passado com todos os jovens do presente”. Não por acaso, Boghossian e Minayo (2009, p. 413) afirmam que “o conceito de participação possui alta carga simbólica, sendo emblemático do contexto ideológico e da estrutura social que se compreende”.

Scherer-Warren (2006) aponta que também se repete na literatura a ideia de que o ativismo e a militância perderam forças nas últimas décadas; porém, fica o alerta de que essa perspectiva só faz sentido, como sinalizado pela autora, se considerarmos como militância o engajamento nas formas clássicas de participação dos anos 60 e 70 que se autodefiniam revolucionárias e que são anteriores ao uso da internet. Dessa forma, panfletagem, reuniões, manifestações, ocupações e passeatas eram os únicos meios de participação. Mas, com o uso da rede, novas formas de ativismo vêm se consolidando no cenário político, baseadas em valores, identidades, cooperação e solidariedade, que tendem a protagonizar um conjunto de ações orientadas às minorias (SCHERER-WARREN, 2006).

Nesse cenário, há de se considerar que a juventude faz parte de uma construção sociocultural e, como ressalta Bourdieu (1983), varia conforme o contexto histórico-social. Ou seja, trata-se de uma categoria sujeita a modificar-se no tempo devido a transformações sociais, econômicas ou políticas (PAIS, 2003), de modo que a modernidade da juventude, para Mannheim (1982, p. 83), “consiste em estar mais próxima dos problemas atuais”.

No entanto, é importante considerar que o imaginário sobre o jovem das ruas, combatente, reativo e revolucionário, está assentado em uma construção social criada a partir de informações, imagens, crenças, valores, opiniões e elementos culturais e ideológicos, conforme assinala Jodelet (2001). Além disso, a representação que desde a geração de 1960 circula na sociedade mais ampla pode ser explicada pelo fato de que as representações sociais tendem a passar por longos períodos de estabilidade, uma vez que se cristalizam na memória coletiva de um grupo.

Percebe-se, ainda, que o imaginário juvenil estabelece um íntimo diálogo com as representações construídas na sociedade, incorporando-as como as representações do próprio grupo. Isso ocorre porque esse grupo, ao mesmo tempo que é objeto de representação, constrói suas próprias representações pautadas, sobretudo, no imaginário social circulante na família, na escola, na mídia e em outros espaços que são constantemente compartilhados nas interações sociais. Essas representações ficam evidentes neste estudo quando se nota que o grupo de entrevistados que não se considera ativo na internet é expressivamente maior que aquele que se identificou como ativista ou aquele que eventualmente se considera ativista; no entanto, quando questionados sobre as formas de participação política do jovem, a representação predominante indica ser a internet o canal pelo qual acontece essa participação. Tal processo ocorre por meio do imprescindível papel que a comunicação exerce nas trocas e nas relações sociais que convergem para a criação de um universo consensual; desse modo, a comunicação de massa, ao difundir as representações no seio da sociedade, aparece como condição de possibilidade e determinação das próprias representações e do pensamento social (JODELET, 2001).

Por fim, retomando a importância de interpretar as representações sociais de acordo com os contextos em que estão colocadas (PESAVENTO, 1998), percebe-se o imaginário do grupo de estudantes analisado muito vinculado ao ambiente ao qual se inserem. A defesa das causas e bandeiras ligadas ao ativismo *on-line* elencadas pelos jovens é, constantemente, discutida nos grupos da Universidade criados pelos estudantes no *Facebook*, o que ressalta, sobretudo, o papel fundamental da comunicação na construção do imaginário coletivo e do ciberespaço como local de conversação.

5 Algumas considerações

Buscou-se, com este artigo, mapear as principais representações sobre a internet como forma de participação política na visão de jovens universitários da UFV – *campus* Viçosa. Observa-se que a juventude é alvo de inúmeras representações por parte da sociedade de maneira geral e que, dentre as mais comuns, estão, paradoxalmente, a capacidade de transformação e esperança no futuro e a apatia e o comodismo das gerações que vieram após 1960. No entanto, também é notório que as representações que circulam na sociedade são frutos de uma construção coletiva pautada especificamente na comparação com as gerações de 1960 e 1970, tidas como revolucionárias.

Percebeu-se, em linhas gerais, que a internet para os jovens participantes da pesquisa é um espaço público de contestação, debates, mobilizações e formação de opinião, mas, ao mesmo tempo, é também o espaço do comodismo e da falta de efetividade prática, aproximando-se, assim, da perspectiva de que a internet seria mais uma arena de conversação civil do que propriamente uma arena deliberativa. As representações, ao encontro do que fora sinalizado por Scherer-Warren (2006), também indicaram que não é legítima a noção de que a militância e o ativismo perderam força nas últimas décadas; o que ocorreu, conforme indica a literatura, é que as formas de engajamento do jovem na política mudaram. No entanto, como prevalece na rede a conexão de laços fracos, esse ativismo tem sido momentâneo e pontual.

Nesse sentido, não cabe julgar a juventude atual como apática e desinteressada, mas compreender que as juventudes se modificam ao logo do tempo de acordo com seus contextos socioculturais e que, na atualidade, existem novas formas de engajamento e interesse na vida pública às quais a juventude tem se associado. Nesse contexto, a internet foi responsável por criar um novo ator social, o internauta, que está longe de se configurar como coletividade homogênea em seus interesses e suas demandas e distante também de uma interpretação unívoca sobre a eficácia das próprias tecnologias comunicacionais, utilizadas na participação política contemporânea.

Dentre os participantes da pesquisa, há consenso quanto ao fato de que a internet é o espaço da conversação civil e do debate mais rápido e ampliado, o que não estava disponível para as gerações anteriores que tinham de promover manifestações a partir do contato “face a face”, por meio de textos, flyers, passeatas etc. Por isso, as manifestações eram estudantis, já que as próprias “tecnologias” disponíveis eram limitadas e circunscritas fisicamente. Assim, fica claro que a comunicação e o debate estão atualmente ampliados (e internacionalizados), embora a percepção dos jovens envolvidos neste estudo seja de que a conversação por si só não basta para promover mudanças – que é a função do espaço público e da política. Para que mudanças ocorram, segundo eles, há a necessidade de mesclar várias formas de visibilidade no espaço público, cenário em que a internet aparece como complemento às formas clássicas de participação, e não como substituta.

Foi possível perceber também que as ruas, as praças, a ocupação dos espaços públicos, os protestos e os boicotes são entendidos pelos jovens que participaram deste estudo como parte do rol de práticas que se convencionalizou associar à pós-geração de 1970, sendo, portanto, tomadas como formas clássicas de participação, mais eficazes que a e-participação. Em contrapartida, a internet assume o importante papel da conversação e da mobilização rápida e de grande alcance, além de funcionar como agenda para que os protestos e as ocupações sejam marcados. Para refletir a esse respeito, basta lembrar as passeatas dos jovens das décadas de 1960 e 1970, as manifestações revolucionárias dos anos 1980 contra a ditadura, a campanha Diretas Já, a marcha dos Caras Pintadas nos anos 1990 e, mais recentemente, os encontros marcados na rede como as jornadas de 2013, a ocupação das ruas de Mariana devido à catástrofe ambiental, a ocupação das escolas de São Paulo, as mobilizações a favor e contra o governo no processo do *impeachment* e outras tantas mobilizações que começam no espaço público virtual e seguem ao espaço público das ruas.

Nota-se, porém, que ainda que os temas e as bandeiras sinalizadas na internet sejam de ampla circulação e que as demandas estejam dadas no mundo da vida, elas não têm adentrado a esfera política em nenhuma das instâncias de poder, o que permite compreender o incômodo que permeia a fala dos jovens em relação à falta de eficácia das discussões virtuais. Por fim, vale ressaltar, primeiro, que este estudo diz respeito a uma juventude no contexto universitário e que, sendo um estudo sobre representações, estas estão ligadas aos contextos em que os jovens se inserem; segundo, que a internet ainda não possui caráter de arena deliberativa, mas não se pode negar, em uma perspectiva otimista frente às tecnologias da informação, que presta um grande serviço à conversação civil e que talvez esse seja um caminho para a ampliação do debate público e para o confronto de ideias; terceiro, que as discussões não se encerram aqui – este estudo apresenta as representações de um grupo específico de jovens, permanecendo a necessidade de compreender as percepções de outras juventudes sobre participação política, em outros espaços e contextos, inclusive naqueles em que a juventude não tem acesso à internet.

Referências

- ALVES, Edvaldo Carvalho; AQUINO, Mirian Albuquerque. A pesquisa qualitativa: origens, desenvolvimento e utilização nas dissertações do PPGCI/UFPA - 2008 a 2012. **Informações & Sociedade**, v.22, p. 79-100, Número Especial 2012, Disponível em <<http://www.ies.ufpa.br/ojs/index.php/ies/article/view/13678>>.
- BOGHOSSIAN, Cynthia Ozon; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. **Saúde Soc. São Paulo**, v.18, n.3, p.411-423, 2009.
- BORBA, Julian. Participação Política: uma revisão dos modelos de classificação. **Revista Sociedade e Estado** – Vol. 27, nº 2, - Maio/Agosto, pp, 263-288, 2012.
- BOURDIEU, P. A Juventude é apenas uma palavra. In.: **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FORACCHI, M. M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1972.
- GAJANIGO, P, R.; SOUZA, R. F. Manifestações sociais e novas MÍDIAS: a construção de uma cultura contra-hegemônica. **CADERNO CRH**, Salvador, vol. 27, nº. 72, p. 577-592, Set./Dez, 2014.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008
- GOFFMAN, Eving. **Ritual de interação**: ensaio sobre o comportamento face a face/ Eving Goffman; Tradução de Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. – Petrópolis, RJ: Vozes. – (Coleção Sociologia), 2011.
- GOMES, Wilson. Participação política *online*: Questões e hipóteses de trabalho. *In: Internet e participação política no Brasil*/ orgs. Rousiley Celi Moreira Maia, Wilson Gomes, Francisco de Paula Jamil Almeida Marques. – Porto Alegre: Sulina, 2011.
- GUISORDI, Patrícia Cucio; BORIN, Marisa do Espírito Santo. Ciberespaço e mobilização política: a campanha da ficha limpa. **Ponto-e-vírgula**, nº16, pp. 237-252, 2014.
- HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia**: entre a facticidade e validade, vol. I/ Jürgen Habermas; Tradução: Flávio Beno Siebeneichler, Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1997.
- JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. *In: D. Jodelet (org.) As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: Ed UERJ, pp, 17-44, 2001.
- LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. O devir mundo do ocupar. *In: A internet e a rua*: ciberativismo e mobilização nas redes sociais/ Fábio Malini e Henrique Antoun. – Porto Alegre: Sulina, 2013. 278 p.; (Coleção Cibercultura).
- MANNHEIM, Karl. **O problema sociológico das gerações** [tradução: Cláudio Marcondes], In Marialice M. Foracchi (org), Karl Mannheim: Sociologia, São Paulo, Ática, 1982 p. 67-95
- MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 12, nº 1, Abril/Maio, pp, 164-187, 2006.
- MOSCOVICI, Serge. Das representações coletivas às representações sociais: Elementos para uma história. *In: D. Jodelet (org.) As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: Ed UERJ, . pp, 17-44,2001.
- NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades. **Cadernos de pesquisa em administração**, SP, Vol.1, nº 3, 2 SEM, pp. 1-5, 1996. Disponível em:<<http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>> Acesso em 20 jun 2016.
- NICOLÁS, M,A; BECHER, A; BRAGA, S. Elites políticas e NTICs: uma análise do uso da internet pelos candidatos aos governos estaduais e ao senado nas eleições brasileiras de outubro de 2010. *In: 35º Encontro Anual da Anpocs. Anais 35º Encontro Anual da Anpocs*. Caxambu, outubro de 2011. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/35_encontro_gt/GT01/Nicolas_Becher_Braga.pdf> Acesso em: 02 dez de 2015.
- NOVAES, Regina e Vital, Christina. A juventude de hoje: (re)invenções da participação social. *In: Associando-se à juventude para construir o futuro* / [organizador Andrés A. Thompson... [et. al.]; revisão e tradução do espanhol Fernando Legoni]. – São Paulo: Peirópolis, 2005.
- OLIVEIRA, Márcio de. O conceito de representações coletivas: uma trajetória da divisão do trabalho às formas elementares. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 13, n. 22 pp. 67-94, jul./dez, 2012.
- OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração / Maxwell Ferreira de Oliveira. -- Catalão: UFG. 72 p.: il.**Manual (pós-graduação)** – Universidade Federal de Goiás, 2011. Disponível em: <https://adm.catalao.ufg.br/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_Prof_Maxwell.pdf> Acesso em 10 jul. 2016
- PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.
- PESAVENTO, Sandra Jatthy. **Catarina come gente**: Imaginário. São Paulo:USP. n.4, 1998.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado, Brasília**. Vol. 21, nº.1, pp, 109-130, jan./abr, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_

arttext&pid=S0102-69922006000100007> Acesso em 16 jun de 2016

SEBASTIÃO, Sônia Pedro; ELIAS, Ana Catarina. O ativismo like: as redes sociais e a mobilização de causas. **Soc. e Cult.**, Goiânia, vol. 15, nº. 1, pp, 61-70, jan./jun, 2012. Disponível em <<https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/20673/12324>> Acesso em 10ago de 2016.

SOUSA, C. A. M. Novas linguagens e sociabilidades: como uma juventude vê novas tecnologias. **Interacções**, Brasília, vol. 7,n. 17,pp,170-188, 2011. Disponível em: <<http://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/452>>. Acesso em 05 jun de 2016.

STROPASOLAS, V.L. A dimensão da diversidade social na concepção de políticas públicas para a juventude rural. *In: Juventude Rural e políticas públicas no Brasil*. Marilda Aparecida Menezes, Valmir Luiz Stropasolas, Sergio Botton Barcellos, organizadores. Brasília: Presidência da República, 2014, pp. 178-197.